

EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO¹

Eduardo de Lima Caldas²

RESUMO:

Esse trabalho é composto por três partes: introdução; programas de microcrédito; e conclusão. Na introdução é feita uma apresentação das causas do desemprego e das principais alternativas de enfrentamento dessa realidade. Ainda na introdução as políticas de microcrédito são abordadas como políticas sociais e públicas. Na Segunda parte do texto, apresenta-se, num primeiro momento, um histórico das instituições de crédito popular ou solidário surgido tanto nas hostes do Estado quanto nas hostes da própria comunidade, desde a antiguidade, passando pela idade média, e desembocando no período mais recente com as experiências de Bangladesh, América Latina e, especificamente, Brasil. Ainda na Segunda parte, são apresentadas as principais características de nove programas de microcrédito brasileiros executados no âmbito local. Finalmente, na conclusão, os programas de microcrédito são vistos como políticas locais bem sucedidas para combater o desemprego, principalmente quando são desenvolvidas juntamente com outros programas paralelos.

1. INTRODUÇÃO

O nível de desemprego e a exclusão social atingem patamares assustadores no final dos anos 90. Essa situação faz parte de um conjunto de inseguranças e desordens do mundo do trabalho, “resultantes de um conjunto de fatores que extrapolam em muito os limites do mercado de trabalho”³.

Segundo Mattoso, “os problemas enfrentados hoje pelo mundo do trabalho advêm, não exclusivamente, mas, sobretudo, da forma desregulada da concorrência. Esta, por sua vez, termina por afetar também os outros fatores que determinariam a geração de empregos, sejam eles fatores de demanda, tecnológicos ou de mercado”.

Além da desregulação da concorrência, há o fator tecnológico – robôs, computadores e comunicação via satélite – que aumenta a produtividade da mão de obra no sistema produtivo, diminuindo a demanda por trabalho, principalmente nos setores com capital intensivo.

No passado, essa situação era enfrentada com a redução da jornada de trabalho e com aceleração do crescimento econômico. Atualmente, a luta pela aplicação das velhas fórmulas deve continuar. Entretanto, “a redução da jornada é difícil de ser conquistada por causa do número crescente de trabalhadores que estão perdendo o gozo dos direitos trabalhistas, em função não só do desemprego mas também do desassalariamento” (Singer, 1998).

Assim, o enfrentamento destes problemas – desemprego e exclusão social - “difícilmente poderá ser realizado apenas através de políticas limitadas ao mercado de trabalho”.

Portanto, como salienta Mattoso, “atuar exclusivamente sobre o mercado de trabalho de modo compensatório é subordinar-se à ‘nova ordem’ e achar que não há outra saída”. Em outras palavras, é dobrar-se ao discurso conservador que sempre repete “a idéia de que as condições são dadas, não existindo outra saída que não esta ou aquela, determinada exclusivamente pelo mercado ou por sua lógica”.

Entretanto, o fato de buscar a solução para os atuais problemas do mercado de trabalho principalmente na forma desregulada de concorrência, não implica necessariamente negar as políticas públicas específicas para o mercado de trabalho, “mas de relativizar sua capacidade de, por si só, dar conta dos graves problemas enfrentados pelo mundo do trabalho”.

¹ Uma versão anterior deste artigo foi publicada nos Anais do XXIII ENANPAD – Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração. ANPAD. 1999.

² Eduardo de Lima Caldas é economista (FEA-USP), mestre em Administração Pública e Governo (EAESP-FGV) e Ciência Política (FFLCH-USP). É membro da equipe técnica do Instituto Pólis.

³ Mattoso, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. IN: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.). Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996 - (Pensieri).

Diante desta realidade de altas taxas de desemprego⁴, surgem, no debate nacional e internacional, diversas alternativas para aplacar o desemprego e reduzir a exclusão social, dentre as quais destacam-se:

- ? construção de instituições internacionais para a regulação da concorrência e do mercado financeiro;
- ? diminuição das taxas de juros e aumento dos investimentos por parte do governo como maneiras de aumentar a demanda agregada e os níveis de atividade econômica e de emprego. Nesta perspectiva, juntam-se as diversas formas de políticas de emprego⁵.

Numa perspectiva alternativa aos “mercados tradicionais”, há idéias de implementação de cooperativas de trabalho, franquias populares, incubadoras de empresas, empresas comunitárias e redes, “novas” formas de organizações econômicas chamadas de economia solidária (Singer, 1998). Ainda nesta perspectiva, há experiências de “crédito solidário”, clubes de troca, empresas autogeridas e projetos comunitários de geração de emprego e renda.

Estas alternativas não são excludentes entre si. Pelo contrário, podem ser complementares. Por exemplo, a perspectiva solidária, praticada geralmente em escala reduzida, é amplamente favorecida pela prática do seguro desemprego (política passiva de emprego), que muitas vezes é utilizado como capital inicial para alavancar pequenos empreendimentos. Aliás, muitas políticas ativas de emprego podem ser aplicadas numa perspectiva solidária.

Este trabalho preocupa-se especificamente com as políticas de microcrédito implementadas no âmbito local⁶. O objetivo principal deste trabalho é expor algumas experiências locais de combate ao desemprego, através de programas de microcrédito.

Os programas e experiências de que trataremos não surgiram necessariamente nas hostes do Estado, mas muitas vezes do seio da sociedade civil e, posteriormente, alguns, foram incorporadas por programas governamentais. Neste sentido, política social é também política pública, enquanto ação planejada de intervenção e de enfrentamento das desigualdades⁷ implementadas tanto pela sociedade civil quanto pelo

⁴ Há dois trabalhos muito interessantes que discutem os conceitos básicos sobre o mercado de trabalho e comparam as principais pesquisas nacionais – PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego; PME – Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego e; PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. São eles: DEDECCA, Cláudio Salvadori. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. IN: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas – SP. IE. Unicamp. 1998 e; SEADE/DIEESE. Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil. Mimeo. São Paulo. 1996.

⁵ Moretto e Barbosa (1998) classificam as políticas de emprego de forma abrangente, em cinco grupos (anexo1) – políticas passivas, políticas ativas, políticas macroeconômicas, políticas estruturais e políticas de proteção social – e afirmam que “a elevação do nível de emprego de um país vai depender da coerência e integração entre estas várias políticas de emprego”. Além da coerência e integração das várias políticas de emprego, num país federativo como o Brasil, também há necessidade de coordenação dessas políticas nos mais diversos níveis.

Segundo Ramos (1997), as políticas de emprego voltadas diretamente para o mercado de trabalho dividem-se em passivas e ativas, sendo que as passivas visam reduzir a oferta de trabalho disponível no mercado por meio de medidas como antecipação da aposentadoria, prolongamento da permanência do jovem no meio escolar, redução da jornada de trabalho e instituição do seguro desemprego; e as ativas buscam, ao mesmo tempo, aumentar o número de vagas oferecidas tanto pelo setor público como pelo setor privado, e alterar o perfil da oferta de trabalho.

É interessante notar, do ponto de vista histórico, que os sistemas públicos de emprego nos países industrializados avançados composto por políticas de emprego integradas, coordenadas e coerentes, implementados paralelamente a uma série de garantias e de programas de proteção social, ocorreu em períodos de intenso crescimento econômico – 1945-1970. No Brasil, diferentemente, a tentativa de construir um sistema público de emprego centrada no seguro desemprego é muito recente e foi iniciado num período recessivo – meados dos anos 80. Para ver mais sobre este assunto, consultar AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: a experiência recente. Rio de Janeiro. UFRJ. Instituto de Economia. 1997 (Tese – doutorado).

⁶ Local neste caso é definido em termos espaciais em contraponto a global. Um determinado bairro, por exemplo, é local em relação ao município; assim como o município é local em relação à região de governo, região administrativa, estado, ou país. Trataremos especificamente de experiências em âmbito municipal.

⁷ Segundo Pedro Demo, “política social pode ser contextualizada, de partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais”. Ainda, segundo o autor, “por trás da política social existe a

Estado. Independentemente da origem, os programas que exporemos a seguir, têm em comum o “objetivo de combater a pobreza e o desemprego, por meio do fortalecimento das atividades econômicas de pequeno porte, substituindo as formas assistencialistas de atender a população de menor poder aquisitivo” e paternalistas de atender a parcela populacional que se relaciona com os detentores do poder local.

2. PROGRAMAS DE MICROCRÉDITO

Os programas de microcrédito estão em evidência nos últimos anos: em 1997, o Napp (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa) publicou trabalho tratando do assunto. Em Rio Claro (SP) foi realizado Seminário sobre iniciativas nacionais de Crédito Popular. Mais recentemente, o embaixador Rubens Ricupero escreveu na Folha de São Paulo dois artigos sobre experiências de microcrédito no mundo (mais de sete mil).

Entretanto, os mecanismos de financiamento a empreendimentos ou mesmo a composição de um fundo de reserva para auxiliar membros de uma comunidade em períodos de dificuldade econômica vêm de longa data. Robert D. Putnam, em “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna”, trata das experiências de crédito rotativo e cooperativas como elemento fundamental para o desenvolvimento do norte da Itália. Segundo o autor, a instituição de crédito no norte italiano remonta à Idade Média e estava intrinsecamente ligada a formas de proteção e desenvolvimento econômico e social da população da comuna. No século passado, várias experiências criadas geralmente em torno de Igrejas e Paróquias financiaram produtores em tempos de crise (Alemanha, 1846 e Canadá, 1900).

Estudos antropológicos “mostram que, tradicionalmente, as camadas populares de todos os continentes cultivam hábitos de poupança semelhantes. Formam-se nelas grupos informais, cujos membros se obrigam a poupar – semanal ou quinzenalmente – determinada quantia que é recolhida por um deles e depositada numa conta ou, simplesmente, guardada. Quando a soma poupada pelo grupo atinge um valor previamente fixado, ela é emprestada a um dos membros escolhido por sorteio ou por alguma regra de rotatividade” (Singer, 1996). Esse sistema beneficia, em momentos (períodos de tempo) diferentes, cada membro do grupo, que pode aproveitar o dinheiro na iniciação de uma atividade econômica ou em sua ampliação através da compra de um animal de trabalho ou qualquer outro insumo produtivo.

Baseada nesses consórcios tradicionais e preocupadas com a redução da pobreza, surgiram mais recentemente organizações governamentais e não governamentais em diversos países, dentre os quais Índia, Bangladesh.

A experiência de Bangladesh é um marco que estimulou experiências no mundo inteiro. Iniciada em 1974, quando o professor Muhammad Yunus passou a emprestar dinheiro aos vizinhos pobres da Universidade na qual lecionava em Bangladesh, a idéia chegou na América Latina na década de 80 – Peru, Chile e Bolívia.

No Brasil a iniciativa ganhou força nos anos 90 (ver tabela 1), muito embora colônias de imigrantes praticassem, há tempos, experiências de crédito rotativo ou poupança conjunta, espécie de avó dos créditos populares⁸.

Além das experiências locais, há também o Proger (Programa de Geração de Emprego e Renda) instituído pelo governo federal e, mais recentemente, o Programa de Crédito Produtivo Popular nas vertentes

questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta”.

Embora o autor trate as políticas públicas como políticas de enfrentamento das desigualdades, acreditamos que as políticas pública voltadas para o mercado de trabalho especificamente (porque é destas que estamos tratando) são políticas de enfrentamento da pobreza. Neste sentido, é importante dizer que enfrentar a pobreza não significa necessariamente diminuir as desigualdades.

⁸ Deve-se destacar, entretanto, no caso brasileiro que, na década de 80, foi instituído em Jaraguá (GO), um programa de Desenvolvimento econômico que financiava pequenos e micro empreendedores. Além desta, há também que considerar a experiência da União Nordestina de Apoio a Pequenas Organizações, com sede em Recife, iniciada em meados dos anos 70; e o Programa Ana Terra de Porto Alegre (anos 80)..

BNDES Solidário e BNDES Trabalhador, para facilitar a constituição de fundos de microcrédito em Estados e Municípios.

Em âmbito estadual há as iniciativas do Distrito Federal (DF) através do Programa BRB Trabalho, do Ceará – Programa Pró Renda – e mais recentemente o do Estado de São Paulo – Banco do Povo – instituído em 30 de abril de 1997 através de lei que institui o Fundo de Investimentos de Crédito Produtivo Popular.

Há também outras ações mais recentes no âmbito municipal como as de Londrina (PR), Juiz de Fora (MG), Belém (PA) e Santo André (SP).

2.1. CARACTERÍSTICAS DAS EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO

Selecionamos nove das inúmeras experiências de microcrédito existentes, e observamos que esses programas são muito heterogêneos, embora apresentem algumas semelhanças.

Primeiramente deve-se destacar que os programas de microcrédito lidam com o pequeno empreendedor, principalmente de baixa renda, que exerce atividade econômica formal e informal, nas zonas rural e urbana, nos setores primário, secundário e, fundamentalmente, no comércio e em prestações de serviços.

Geralmente são “unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente nos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família, dispondo de pouco capital e tecnologia rudimentar”⁹.

Deve-se observar também que os programas de microcrédito estão relacionados a dois problemas muito diversos:

- ? captação de poupança e sua reversão em crédito como forma de financiar investimentos da população com capital inicial limitado (compatível com a poupança familiar ou individual), que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional;
- ? garantia de sobrevivência, seja do produtor em tempos de crise, seja de famílias. Trata-se, nesse caso, de microunidades de sobrevivência com baixo nível de acumulação, com poucas condições de reverter parte do excedente em novos investimentos ou mesmo em capital de giro.

Geralmente, nesses casos, o excedente é suficiente apenas para remunerar o trabalho do proprietário, muitas vezes desconsiderando, inclusive, o trabalho de outros membros da família.

O primeiro caso é típico de empresas auto-sustentadas. Trata-se na verdade de capital para ampliar a unidade produtiva (capital fixo) ou para aumentar o volume da produção (capital de giro) em decorrência do aumento da demanda, seja pela conquista de novos mercados, ou pela ocorrência de alguma festa comunitária ou feira de artesanato em que há possibilidade de aumentar o volume de vendas.

O segundo caso, por sua vez, é de uma complexidade ainda maior. Trata-se geralmente de pequeno empreendedor experiente que aprendeu o ofício como empregado de uma empresa formal mas que não tem formação básica em gerência para transformar sua atividade econômica de sobrevivência em empresa competitiva. Há também o empreendedor que trabalhando com margens de lucro muito pequenas não se sustenta em caso de alguma eventualidade, como doença na família ou incêndio em parte da fábrica.

Deve-se dizer que, do ponto de vista do funcionamento, os programas de microcrédito são conduzidos, geralmente, por organizações não-governamentais, que concedem empréstimos de curto prazo para microempreendedores urbanos e rurais com determinada experiência no ramo (pelo menos seis meses) e valores iniciais pequenos, ascendentes a cada renovação. Embora “tocados” por ONGs, alguns desses programas têm na retaguarda instituições com forte interrelação com agências governamentais.

⁹ DANTAS, Valdi de Araújo. Tecnologia do microcrédito: doze anos de experiência da Rede Ceape. Brasília. Abril de 1999. Esse perfil que acabamos de descrever faz parte principalmente das unidades tomadoras de empréstimo da Rede Ceape. Dentre as nove experiências que selecionamos, duas são dessa rede, no entanto, pode-se ampliar esse perfil para as demais experiências, sempre considerando que há exceções, mesmo dentro dos tomadores da Rede Ceape, mesmo porque o volume de empréstimo das diversas instituições varia muito: de R\$100,00 a R\$10.000,00.

Não há entre as experiências selecionadas, programas direcionados a microempreendedores iniciantes (menos de seis meses de atividade), o que reforça a idéia de que os programas de microcrédito não devem ser vistos como substitutos de outros programas de proteção social, mas complementares, de modo que essas experiências devem estar integradas a programas de alfabetização, qualificação e garantias de renda mínima, sem que haja, entretanto, confusão de objetivos e de público alvo dos programas de microcrédito e qualificação por um lado, e o de renda mínima, por exemplo, por outro. Estes são programas complementares na medida que o beneficiado do programa de renda mínima hoje possa ser beneficiado do microcrédito, no futuro.

Ao contrário do setor bancário tradicional, que exige garantia real para concessão de empréstimos, os programas de crédito produtivo popular exigem o aval solidário (grupo de pessoas em atividades independentes com responsabilidade comum e solidária sobre os créditos concedidos a cada um) ou individual.

A ligação entre o “agente de crédito” (bancário) e o cliente é um diferencial do sistema. A maior proximidade rompe a mera relação comercial. O objetivo transcende a simples garantia do recurso emprestado, e passa a ser o sucesso do microempreendedor. Por isso, o agente de crédito é figura fundamental para o resultado dos programas. O acompanhamento, a capacitação técnico-gerencial, o apoio à comercialização têm papel igualmente importantes para sete dos nove programas selecionados.

Do ponto de vista econômico, as experiências na América Latina mostram que é muito alta a produtividade do capital quando ele é aplicado, mesmo em pequenas doses, em microempresas que estavam privadas de recursos. Isso ocorre porque a adição de capital em setores com mão de obra intensiva faz com que a produção aumente proporcionalmente acima do investimento (ver anexo 2). Além do aspecto econômico e financeiro, as experiências de microcrédito representam uma forma de democratizar o acesso ao dinheiro, livrando os microempreendedores (sem acesso ao crédito bancário tradicional) dos agiotas.

Outro ponto comum nessas experiências é o cultural. Esses programas devem encarar o tomador de crédito como “cliente”, e não como “pedidor de dinheiro a fundo perdido). Deste modo, surge um círculo virtuoso no qual o cidadão consegue dar um salto qualitativo na busca de melhores condições de vida.

Neste sentido, alguns cuidados devem ser tomados. O programa deve ser profissional sem assistencialismo.

Para o bom funcionamento do programa é importante que os policy makers locais estabeleçam prioridades na concessão do crédito, no sentido de formar correntes produtivas. Os gestores do programa não podem financiar 20 costureiras e ao mesmo tempo duas vendedoras de roupas chinesas, pois elas são concorrentes diretas e se excluem mutuamente no processo. Se o favorecimento for das costureiras, a corrente será formada com o financiamento de vendedores do mesmo ramo, feiras para escoamento da mercadoria e outros. O mesmo exemplo vale para produtores caseiros de salgadinhos, que geralmente consomem farinha de trigo, ovos e demais matérias primas dos produtores locais.

Outra medida que não pode ser negligenciada relaciona-se a comercialização da produção, (indução da demanda), por meio de convênios e contratos como foi feito no Estado do Ceará. Além disso, as licitações devem ter quotas de fornecimento que favoreçam a produção local.

A criação de cooperativas na qual a preferência de consumo incida sobre os produtos locais também é uma boa iniciativa, principalmente no início, quando o ganho de eficiência ainda não é grande.

Neste sentido de aumentar a cooperação entre os produtores locais, há também outras experiências de cunho solidário como a formação de “redes” - forma de relação econômica e social entre empreendedores, empresas, incubadoras e/ou consórcios, para complementar, obter resultados e atender necessidade e interesses comuns, que sozinhos não seria possível realizar.

Essas medidas são fundamentais para garantir baixo nível de inadimplência, sustentando o programa. O resultado é a recuperação da confiança dos empreendedores, tornando “bancável” esse indivíduo, inicialmente não bancável.

3. CONCLUSÃO

O desemprego é um fato determinado, em grande medida pela desregulação da concorrência internacional iniciada em meados dos anos 70. Outro fator determinante para o nível de desemprego é o tecnológico. O desemprego, portanto, é determinado por fatores externos ao mercado de trabalho, de modo que, para combatê-lo será preciso atuar extra mercado de trabalho também.

Atuar extra mercado de trabalho não significa negligenciar as políticas específicas para este mercado (políticas ativas e passivas). Significa utilizar, paralelamente às políticas ativas e passivas de emprego, políticas macroeconômicas que favoreçam o aumento da demanda agregada, no âmbito interno; e buscar formas de regulação da concorrência junto à comunidade internacional.

Além da realização de políticas macroeconômicas e da busca de regulação dos mercados internacionais, há um amplo espaço para ousadia e experimentação, principalmente no âmbito local. É neste espaço principalmente que podem ser desenvolvidas experiências de cooperativas, empresas auto geridas, incubadoras de cooperativas, e de bancos para concessão de microcréditos.

As experiências de microcrédito têm demonstrado que é possível criar emprego a partir de uma ação planejada local, governamental ou não, principalmente quando este programa está acompanhado de outras iniciativas, como fomento, incubação e formação de redes e de cooperativas, e treinamento gerencial, por exemplo.

Alguns números ajudam a comprovar a importância dessas experiências. Até meados de 1996, o Portosol – Porto Alegre – havia concedido 1.351 créditos, num total de R\$1.991.779,20; o BRB Trabalho – Brasília havia concedido 1.469 créditos, num total de R\$2.267.754,06. Trata-se de duas experiências nacionais importantes, sendo que a primeira é gerida por uma Organização Não Governamental, e a segunda é uma iniciativa governamental - governo do Distrito Federal (gestão 1994-1998).

Ainda não há uma sistematização das experiências de microcrédito espalhadas pelo Brasil. Mas as nove experiências aqui selecionadas apontam as características gerais dos programas, os pontos fortes e suas deficiências.

Nos próximos anos, sem dúvidas, o microcrédito, as experiências locais de geração de renda e emprego e as organizações de economia solidária, estarão na agenda do país nos âmbitos federal, estaduais e municipais.

BIBLIOGRAFIA

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: a experiência recente. Rio de Janeiro. UFRJ. Instituto de Economia. 1997 (Tese – doutorado)..

BARBOZA, Hélio Batista. Cidades que ensinam a pescar (reportagem). IN: Cidades: administração municipal e vida comunitária. Ano 3. Número 18. Dez./ 1997.

BITTENCOURT, Maurício. Rápido e sem complicação (reportagem). IN: Cidades: administração municipal e vida comunitária. Ano 3. Número 15. Ago./ 1997.

CALDAS, Eduardo de Lima. Banco dos Pequenos. IN: Cidades: administração municipal e vida comunitária. Ano 3. Número 15. Ago./ 1997.

CALDAS, Eduardo de Lima. Viva o microcrédito. IN: Cidades: administração municipal e vida comunitária. Ano 3. Número 20. Mar./ 1998.

DANTAS, Valdi de Araújo. Tecnologia do Microcrédito: doze anos de experiência da Rede Ceape. Brasília. Abril. 1999.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. IN: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas – SP. IE. Unicamp. 1998.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. São Paulo. Papyrus Editora. 1994..

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. IN: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas – SP. IE. Unicamp. 1998.

- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. IN: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de e MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org.). Crise e trabalho no Brasil, modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996-(Pensieri).
- MORETTO, Amilton e BARBOSA, Alexandre de Freitas. Políticas de emprego e proteção social. São Paulo. ABET- Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. 1998.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro. Editora Campus. 1980.
- RAMOS, C. A. Notas sobre políticas de emprego. Texto para discussão nº471. Rio de Janeiro. Ipea. 1997.
- RICUPERO, Rubens. Atendendo a pedidos. IN: Folha de São Paulo. 14 de fevereiro de 1998.
- RICUPERO, Rubens. Dança macabra. IN: Folha de São Paulo. 24 de janeiro de 1998.
- RICUPERO, Rubens. Para um mundo sem pobreza. IN: Folha de São Paulo. 7 de fevereiro de 1998.
- SEADE/DIEESE. Elementos para compreender a controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil. Mimeo. São Paulo. 1996.
- SINGER, Paul. I. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo. Editora Contexto. 1998.
- SINGER, Paul. I. Uma solidariedade que dá lucro. IN: Rumos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Setembro de 1996.
- SINGER, Paul. I. Economia solidário: geração de renda e alternativa ao liberalismo. IN: Proposta. Número 72. Rio de Janeiro. Março/Maio de 1997.
- TANNURI, Dulce Maria Jabour. Concepções e instrumentos das políticas locais de emprego e renda e de qualificação de empreendedores. IN: OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas – SP. IE. Unicamp. 1998.
- TESCH, Walter. Cooperativismo de trabalho: alternativa ao des emprego. Estudos e Pesquisas Ipros – nº2. Central Autônoma de Trabalhadores (Cat) e Instituto de Promoção Social. (Ipros). Dez. 1995.
- VARIAN, H. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Editora Campus – 1994.

Quadro 1
Experiências selecionadas

Experiência (sigla)	Outras linhas de ação	Público alvo do programa de crédito	Finalidade	Limite de crédito	Garantias
PORTOSOL (Porto Alegre)	-	ME ¹⁰	Capital de Giro e Fixo	Até R\$5.000 para giro Até 10.000 para fixo	Grupo solidário, avalistas, bens alienáveis
BANCO DA MULHER	Capacitação técnico gerencial e apoio à comercialização	ME, prioritariamente mulheres	Capital de Giro e Fixo	De R\$300 a R\$10.000	Avalista individual
MAOS DE MINAS	Capacitação técnico gerencial e apoio à comercialização	Artesãos e pequenos produtores caseiros, com, no mínimo, seis meses de atividade	Capital de Giro e Fixo	De R\$100 a R\$1.500	Avalista e penhor de veículo
CEAPE/PE	Capacitação gerencial e apoio à comercialização	ME	Capital de Giro	Até R\$3.000	Grupo solidário ou avalista
CEAPE/PB	Capacitação gerencial	ME	Giro	De R\$100 a R\$3.000	Grupo solidário ou avalista
CAIXA DO POVO	-	Microempreendedores informais urbanos, pequenos produtores rurais e pequenas indústrias de confecção	Capital de Giro e Fixo	Até R\$3.000	Grupo solidário
ORGAPE	Capacitação gerencial e apoio à comercialização	Microempreendedores formais ou informais de todos os setores de atividade econômica	Capital de Giro e Fixo	Até R\$1.000 para giro Até 2.000 para fixo	Grupo solidário ou avalista
MOC	Capacitação técnico gerencial e apoio à comercialização, dentre outros	Pequenos produtores rurais e urbanos	Capital para Investimento ²	De R\$300 a R\$3.500	Grupo de produtores, bens financiados
APAEB VALENTE	Capacitação técnico gerencial e apoio à comercialização, dentre outros	Pequenos produtores rurais	Capital para Investimento ²	Programa de Fundo Rotativo: Ate R\$2.000 BNB/FNE; mais de R\$2.000	Grupos de produtores, hipoteca de propriedade, penhor dos bens financiados

¹⁰ ME são microempreendedores formais ou informais, com no mínimo seis meses de atividade nos setores de produção, comércio e serviços.

¹¹ Trata-se de investimentos específicos (bens fixos e culturas adaptadas à seca).

Anexo 1
Políticas de Emprego

Políticas passivas	Seguro desemprego, antecipação da aposentadoria, prolongamento da permanência do jovem no sistema escolar, redução da jornada de trabalho
Políticas ativas	Frentes de trabalho, oferta de crédito ao micro e pequeno empreendedor, capacitação técnica, formação profissional, intermediação de mão de obra
Políticas macroeconômicas	Juros, câmbio, regulamentações comerciais, nível de gasto público, política industrial e política agrícola
Políticas estruturais	Sistemas de negociações coletivas, mudanças na estrutura de impostos sobre propriedade e renda (lucros e salários)
Política de proteção social	Saúde, previdência e assistência social

Fontes: Moretto e Barbosa (1998) e Ramos (1997).

Anexo 2
Produtividade do Capital

O anexo 2 é, na verdade, um exemplo amplamente utilizado nos manuais de microeconomia para explicar teoria da produção. Parte-se da idéia simples de que uma empresa, para produzir determinada quantidade de bens Q utiliza dois insumos: capital e trabalho. Nos exemplos tradicionais, capital e trabalho são, respectivamente, insumos fixos e variáveis, no curto prazo. Partimos da idéia de que uma cooperativa ou um microempreendimento gerido pelo proprietário e seus familiares tem, inicialmente, mão-de-obra relativamente abundante e precisa ampliar sua quantidade de capital. Nosso exemplo verifica, então, o que acontece em termos de quantidade total produzida, quando uma empresa aumenta suas unidades de capital, mantendo fixas as quantidades de mão-de-obra.

Observa-se, a partir dos gráficos abaixo, que até a terceira unidade de capital o volume de produção cresce a taxas crescentes, e que da terceira unidade de capital até a oitava, o volume de produção continua crescendo só que a taxas decrescentes.

Maiores detalhes sobre teoria da produção estão em VARIAN, H. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Editora Campus – 1994.

Produto Total com volume de mão-de-obra fixo e capital variável

MO	K	PT (K)	PM (Q/K)	PMg (DQ/DK)
10	0	0	0	0
10	1	10	10	10
10	2	30	15	20
10	3	60	20	30
10	4	80	20	20
10	5	95	19	15
10	6	108	18	13
10	7	112	16	4
10	8	112	14	0
10	9	108	12	-4
10	10	100	10	-8

